



**A QUESTÃO DA MORADIA NO CAPITALISMO E AS LUTAS SOCIAIS URBANAS
NA EXPERIÊNCIA DA LANCEIROS NEGROS: um desafio**

aberto para o Serviço Social

**THE ISSUE OF DWELLING IN CAPITALISM AND URBAN SOCIAL STRUGGLES
IN THE EXPERIENCE OF THE LANCEIROS NEGROS: an open dare to Social Work**

Jessica Flores Mizoguchi

Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul (UFRS)

Mailiz Garibotti Lusa

Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul (UFRS)

RESUMO

O trabalho tem por objeto a luta social urbana por moradia, através da reflexão sobre duas experiências de ocupação realizadas pelo Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB), na cidade de Porto Alegre, em 2015 e 2017. Tem por objetivo compreender o papel das lutas sociais urbanas por moradia na resistência à retirada de direitos e ao modelo fundiário capitalista, a fim de identificar estratégias de organização e mobilização que possam fazer frente a tal modelo. Foi realizado tendo por fundamento a perspectiva do materialismo histórico dialético marxista, com abordagem qualitativa, pesquisa bibliográfica, documental e empírica, que foi realizada através da observação participante. Trata sobre a questão da moradia no capitalismo, as lutas urbanas por moradia no Brasil, o MLB, as ocupações Lanceiros Negros e Lanceiros Negros Vivem, bem como sobre a relação entre Serviço Social e as lutas e movimentos sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Questão da Moradia. Movimentos Sociais. Lanceiros Negros.

ABSTRACT

This paper reason about the urban social struggle for housing, reflecting on two experiences of occupation conducted by the Movement de Luta no's Bairros, Vilas e Favelas (MLB), in the city of Porto Alegre, in 2015 and 2017. Its objective is to understand the role of urban social struggles for dwelling house, in the resistance to the withdrawal of rights and the resistance at the capitalist land model, in order to identify strategies of organization and mobilization, that face such a model. It was made based on the perspective of Marxist dialectical historical materialism, with a qualitative approach, bibliographical, documentary and empirical research, which was made through participant observation. Deals with the issue of dwelling in capitalism, the urban struggles for housing in Brazil, MLB, occupations Lanceiros Negros e Lanceiros Negros Vivi, and the relationship between social work and social struggles and movements social.

KEYWORDS: Issue of Dwelling. Social Movements. Lanceiros Negros.



1 INTRODUÇÃO

O recrudescimento do conservadorismo pós golpe midiático-parlamentar de 2016, materializou-se em 2017 em diversas reformas, dentre as quais a mais dura para a classe trabalhadora foi a trabalhista. Concomitantemente, a ameaça da reforma previdenciária atravessou todo o período e adentrou em 2018, impondo à população a necessidade de organização e mobilização, luta e resistência ao desmonte dos direitos, em especial aos movimentos sociais identificados aos interesses da classe trabalhadora.

Neste contexto, propõe-se discutir a luta social urbana por moradia, expressa em duas experiências de ocupação realizadas pelo Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB), na cidade de Porto Alegre, em 2015 e 2017, denominadas respectivamente de Lanceiros Negros e Lanceiros Negros Vivem. Busca-se compreender o papel das lutas sociais urbanas por moradia na resistência à retirada de direitos e ao modelo fundiário capitalista, a fim de identificar estratégias de organização e mobilização que possam fazer frente a tal modelo.

O estudo foi realizado através da análise das duas experiências de ocupação acima identificadas, com base no acúmulo teórico e político do Serviço Social brasileiro, tendo por fundamento a perspectiva do materialismo histórico dialético marxista, com abordagem qualitativa, pesquisa bibliográfica, documental e empírica. Destaca-se que a última foi realizada através da observação participante, que se concretizou a partir da experiência de acompanhamento e assessoria prestado pelo Grupo de Extensão em Serviço Social e Movimentos Sociais, no ano de 2017.

Com efeito, no desenvolvimento do trabalho apresenta-se um panorama geral sobre o modelo fundiário capitalista; e a trajetória histórica de constituição e atuação do MLB em Porto Alegre; pondera-se sobre a experiência das Ocupações Lanceiros Negros e Lanceiros Negros Vivem; discute-se a relação do Serviço Social brasileiro com os movimentos sociais; e, por fim, reflete-se sobre a importância dos movimentos sociais em uma conjuntura de retirada de direitos.

2 A QUESTÃO DA MORADIA NO CAPITALISMO

Historicamente a classe trabalhadora é relegada às periferias das cidades. As regiões centrais são acessadas pelos trabalhadores apenas para a atividade profissional. A desigualdade social se expressa no território urbano como desigualdade espacial, ou seja, na forma como as



diferentes classes sociais ocupam o espaço urbano. Deste modo, além da moradia da classe trabalhadora estar localizada nas periferias, é onde mais se percebe a ausência do Estado: não há saneamento, o transporte público é precário, assim como os demais serviços públicos (RODRIGUES, 2007).

A construção dos espaços, do lugar de pertencimento, do território de vida e de trabalho torna-se uma estratégia de dominação por um lado, e dialeticamente, por outro, de resistência política na luta de classes. Expulsar, retirar, desocupar, reintegrar, deslocar, realocar tornam-se mais que verbos, expressam ações das classes dominantes que são antagônicas e contraditórias àquelas da classe trabalhadora que ocupa, constrói, constitui relações sociais e políticas, organiza, articula, vive, trabalha e resiste ‘no’ e ‘com o’ seu espaço, seu território, seu coletivo. Assim, “o território pode vir a representar um potencial lócus de aglutinação e mobilização dos sujeitos [...]” e também passa a “absorver parte dos tensionamentos e contradições mais evidentes na relação capital versus trabalho”, encontrando-se “em pleno movimento da luta de classes. Nesse sentido, a conformação dos territórios tem uma profunda relação com o modo de produção e reprodução da vida social, atravessado pelo crescimento das forças produtivas” (ABREU, 2016, p. 41).

Logo, a cidade dos trabalhadores e a cidade da burguesia são completamente diferentes. A relação com a moradia e a apropriação privada da terra (questão fundiária) se desenham conforme os interesses capitalistas, o que nos aponta o pressuposto inicial de que a questão da moradia (sua existência, falta ou excesso) se desenha conforme as relações de produção capitalista e com a finalidade de oferecer as bases para a extração da mais valia, através da exploração da força de trabalho. Aliás, ainda nas primeiras análises sobre o capitalismo já se apontava para a existência de um “nexo legal entre a escassez de moradias e as relações de produção capitalistas” (ENGELS, 2015, p. 13). Escassez esta que significava muito mais que a falta de moradia, mas denotava o peculiar agravamento das expressões da questão social que se relacionavam diretamente às condições de moradia dos trabalhadores.

É a partir desta perspectiva que se identifica que o modo de produção capitalista faz da cidade mercadoria, que apenas pode ser acessada por quem pode pagar por ela, ou pode ser acessada por aqueles que momentaneamente são importantes no processo de produção capitalista, pois podem ser explorados em sua força de trabalho.

Hoje, mais que antes, a especulação imobiliária domina as grandes cidades, mantendo terrenos e prédios vazios para a sua valorização, enquanto as pessoas não têm onde viver.

A desigualdade socioespacial exprime formas e conteúdos da apropriação e da propriedade, da mercadoria terra e das edificações, da cidade mercadoria, da exploração e da espoliação da força de trabalho, da acumulação desigual no espaço,



da presença e da, aparentemente paradoxal, ausência do Estado capitalista no urbano (RODRIGUES, 2007, p. 74).

A questão da moradia “não é uma particularidade da época atual”. Outrossim, o que hoje se trata por tal questão “é o peculiar agravamento das más condições de moradia dos trabalhadores em razão da repentina afluência às metrópoles; é o aumento colossal dos preços do aluguel; é a aglomeração ainda maior de moradores nas casas particulares; e, para alguns, é a total impossibilidade de encontrar alojamento” (ENGELS, 2015, p. 38). Esse retrato do início do desenvolvimento capitalista não se modificou, pelo contrário, agravou-se em ritmo exponencial, conforme o desenvolvimento das forças produtivas e o acirramento da exploração e da luta de classes, ou seja, o aprofundamento das expressões da questão social.

Atualmente, o déficit habitacional nas cidades é ainda mais alto, apesar de haver tantos terrenos e tantos prédios abandonados. Pode ser quantitativo, o número de famílias sem habitação, ou qualitativo, o número de famílias que moram em situação inadequada, como a falta de saneamento, luz elétrica ou água encanada. Em 2013, de acordo com estudo feito pela Fundação João Pinheiro, 6.940.691 famílias não têm casa no Brasil. Os que não têm condições básicas para uma vida digna atingem o exorbitante número de 15.597.624 de famílias (BOULOS, 2015).

A partir desta demanda da população trabalhadora por moradia digna e do fato de que a cidade vem sendo negada a esta classe, surgem os movimentos sociais urbanos por moradia, que serão tratados na próxima sessão deste trabalho. As ocupações urbanas, mesmo considerando os limites político-organizativos resultantes da sociedade capitalista burguesa, são um dos maiores símbolos do contraponto dos movimentos sociais a um dos pilares do capitalismo: a propriedade privada.

Nesse sentido, uma das questões insanáveis neste quadro de disputas e lutas por moradia é o próprio limite do modo de produção capitalista e seu modelo fundiário. O Estado aqui no Brasil tanto quanto na maioria dos países do globo é um ‘Estado burguês e autoritário’, que tem por fundamento de atuação o ‘direito burguês e aparentemente democrático’. Note-se que o direito à propriedade é garantido pela Constituição Federal de 1988, mas não é absoluto: é condicionado à função social.

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: [...] XXIII - a **propriedade atenderá a sua função social**

Isso significa que, ainda que a propriedade privada seja garantida pela Constituição, ela não é absoluta. O fato de que existam propriedades privadas que não cumprem sua função social



é a grande contestação dos movimentos de luta pela moradia, considerando que haja tanta gente sem casa e tanta casa sem gente. Assim,

Toda a propriedade tem que ter algum uso, seja para moradia, produção ou qualquer outro que traga benefício para a sociedade. Os grandes terrenos e prédios vazios, usados para a especulação imobiliária, não tem nenhuma função social. Sua única função é encher os bolsos de uns poucos proprietários (BOULOS, 2015, p. 81).

Noutras palavras, entende-se que a “a solução burguesa [...]” - leia-se, do Estado burguês brasileiro respaldado pelas agências internacionais - “[...] para a questão da moradia, portanto, reconhecidamente fracassou”. Tal solução atualmente se expressa na contradição constitucional entre a garantia do caráter privado e a função social da propriedade. Ora, isso significa que “a questão da moradia só poderá ser resolvida quando a sociedade tiver sido revolucionada a ponto de poder se dedicar à supressão da oposição entre cidade e campo, levada ao extremo pela atual sociedade capitalista” (ENGELS, 2015, p. 80).

Portanto, a luta na direção de outra ordem societária assumida pelos movimentos sociais urbanos é fundamental para o reconhecimento (ou não) do caráter revolucionário das suas lutas. Nessa perspectiva, a luta por moradia passa necessariamente pela luta contra o modo de produção e o Estado burguês vigente, pois enquanto não se modificar a ordem societária, toda e qualquer política habitacional, mais ou menos próxima aos interesses dos trabalhadores, será sempre balizada pelo modelo fundiário capitalista.

3 AS LUTAS URBANAS POR MORADIA E O MLB

As primeiras lutas urbanas de maior destaque ocorreram no Brasil no final da década de 1910. Naquela época os trabalhadores ainda viviam no centro das grandes cidades. Suas condições de vida eram extremamente precarizadas, mas próximos ao local de trabalho.

A primeira grande mobilização ocorreu entre 1917 e 1919, com a formação da Liga dos Inquilinos contra despejos e o valor dos aluguéis. Os sem-teto buscaram organizar uma greve de aluguéis. Entre 1945 e 1947, também ocorreram grandes movimentos, em especial em São Paulo e no Rio de Janeiro, com as mesmas reivindicações. Mas naquele período havia uma grande diferença em relação à cidade de hoje. A periferia praticamente não existia. Os trabalhadores moravam em bairros centrais, próximos do local de trabalho e também próximos das casas dos ricos (BOULOS, 2015, p. 52).

A população trabalhadora pauperizada, sejam mulheres, negros, indígenas são colocados à margem da sociedade, donde reivindicam seu espaço. “As mobilizações e lutas de movimentos populares urbanos procuram alterar a desigualdade espacial, tornando-as possibilidade de mudança com o direito a ter direitos, um deles o de usufruir, na cidade, da riqueza produzida” (RODRIGUES, 2007, p. 78). Os movimentos sociais urbanos por moradia,



ao materializarem suas demandas através das ocupações urbanas, ressignificam os espaços marginais e periféricos da cidade para os quais foram designados.

O Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB) é um movimento social urbano por moradia, que surge em 1999, em Recife, Pernambuco. Atualmente está presente em 13 estados do país. Além da luta por moradia digna e reforma urbana, o movimento defende o socialismo. A reforma urbana “é um meio, um instrumento; ela faz parte da luta maior da classe trabalhadora para construir uma sociedade diferente, com igualdade, dignidade e direitos para todos: a sociedade socialista”. A ocupação é a materialização de “um ato de rebeldia, de confronto com a ordem estabelecida, de questionamento à sagrada propriedade privada capitalista” e “educa o povo para a necessidade de lutar organizado e desenvolve o espírito de trabalho coletivo” (MLB, s.d.).

O MLB de Porto Alegre começa a ser articulado em 2014, a partir da organização da seccional gaúcha do Movimento (GOMES, 2017, p. 45). Desde o início, para constituir-se como movimento social, articula-se pela base, que vai sendo construída em visitas pelos bairros periféricos da cidade, dialogando com a população pauperizada sobre seus direitos e a ausência deliberada do Estado quanto às demandas em saúde, educação, saneamento, moradia. A partir destas atividades, constroem relações com os moradores, angariando famílias interessadas e dispostas a participarem de posteriores ocupações.

As ocupações urbanas visam evidenciar a precariedade das condições de moradia das trabalhadoras e dos trabalhadores. Buscam demonstrar, assim, que os interesses que prevalecem na sociedade contemporânea são os do capital. A burguesia tem a propriedade privada como base de sua hegemonia – tanto de terrenos e prédios, que utilizam para especulação imobiliária – como dos meios de produção, que utilizam para explorar a força de trabalho. Assim, a disputa de território que é colocada em ação através das ocupações evidencia a realidade vivenciada por grande parte da classe trabalhadora: a impossibilidade de manutenção de uma vida com atendimento dos ‘básicos sociais’, ainda que os membros ativos da família estejam formalmente empregados.

Nesse entendimento, o movimento utiliza das ocupações urbanas como um instrumento de luta, em sua dimensão política, ao publicizar a demanda por moradia de um largo contingente populacional, bem como em sua dimensão simbólica, demonstrando que o centro da cidade pode e deve ser da classe trabalhadora. Além disso, agrega a sua dimensão funcional, ao servir, concretamente, de moradia para aqueles que não têm onde morar.

A partir do momento em que o movimento se encontra nas ocupações urbanas, realiza reuniões e assembleias, que discutem questões cotidianas práticas, assim como decisões de



cunho político. A luta pelo socialismo é uma das bandeiras do Movimento de Luta nos Bairros e Favelas, e formações políticas ocorrem sistematicamente nos seus espaços, preparando os ocupantes para a disputa ideológica com o Estado, a burguesia e o capital.

Em Porto Alegre, o MLB organiza a Ocupação Lanceiros Negros em 2015, em um prédio na esquina das ruas Andrade Neves e General Câmara, e a Ocupação Lanceiros Negros Vivem em 2017, em um antigo hotel abandonado na rua Andradas, experiências que passam a ser apresentadas e discutidas brevemente na próxima sessão do trabalho.

4 AS OCUPAÇÕES LANCEIROS NEGROS E LANCEIROS NEGROS VIVEM

Em agosto de 2014, ocorre o quarto congresso do MLB em São Bernardo dos Campos, São Paulo, a partir do qual se inicia o processo de organização da seccional gaúcha do movimento. Após o congresso, três militantes do MLB passam a organizar por nove meses a futura ocupação Lanceiros Negros, cadastrando possíveis famílias interessadas na Nova Chocolateira, Morro da Cruz, ilhas de Porto Alegre, São José, Morro da Polícia e entorno do Presídio Central. Durante este mesmo período, os militantes e coordenadores realizaram o mapeamento dos prédios abandonados em Porto Alegre (GOMES, 2017).

Em 14 de novembro de 2015, ocorre a ocupação do prédio abandonado na esquina das ruas Andrade Neves e General Câmara, que estava desocupado há 10 anos e tinha sediado o Ministério Público Estadual. Neste momento, 98 famílias participam da ocupação, entre apoiadores de movimentos sociais, a fim de fortalecer a ação, e as famílias previamente cadastradas. Ao fim desse período, permanecem cerca de 70 famílias na Lanceiros Negros (FOGLIATTO, 2015). A ocupação é formada por trabalhadoras e trabalhadores que não têm condições financeiras de manter suas famílias e pagar aluguel e se organiza através de um regimento modelo do MLB, que estabelece regras como a obrigatoriedade em participar das reuniões e realizarem assembleias, proibição de consumo de bebidas alcoólicas e divisão em tarefas como limpeza, saúde, cozinha, entre outros (GOMES, 2017).

Já em 2015 inicia-se uma batalha judicial entre o Estado do Rio Grande do Sul, que demanda a desocupação do prédio, e por outro lado a Ocupação Lanceiros Negros, que demanda moradia digna para seus ocupantes. Audiências conciliatórias ocorrem na tentativa de um acordo, sem sucesso. Em junho de 2017 ocorre a violenta ação da Brigada Militar para reintegração de posse do prédio. Apoiadores e movimentos sociais se aglomeram em frente à ocupação, sendo alvo de violência da polícia, em uma ação extremamente truculenta.



Três semanas após a truculência policial do Estado, ocorre a nova ocupação ainda no centro da cidade, num hotel abandonado na tradicional rua dos Andradas, com cerca de 150 famílias. Esta nova ocupação é nomeada Lanceiros Negros Vivem. (SUL 21, 2017)

Em agosto de 2017 ocorre nova reintegração de posse, desta vez do antigo Hotel Açores. No entanto, há uma negociação que envolve a Brigada Militar, Deputados Estaduais, Defensoria Pública, entre outros. Assim, a ação é realizada de forma pacífica, com a conquista de aluguéis sociais para algumas das famílias ocupantes. Os moradores da Lanceiros Negros Vivem são realocados para o Vida Centro Humanístico, onde permanecem até 06 de dezembro de 2017, quando cerca de 25 famílias que ali estavam foram novamente desalojadas em razão de uma reforma a ser iniciada no prédio. A maior parte das famílias foi para casa de parentes e familiares, enquanto aqueles que não tinham para onde ir, foram encaminhados temporariamente para a Ocupação Mulheres Mirabal (CORREIO DO POVO, 2017).

Os 24 aluguéis sociais conquistados por 6 meses têm valor insuficiente e quando o seu pagamento atrasa o morador deve arcar com o prejuízo. No presente momento, os antigos ocupantes da Lanceiros Negros e da Lanceiros Negros Vivem encontram-se espalhados em diversas regiões de Porto Alegre, buscando rearticular o movimento e ampliar o diálogo com outras tantas famílias que estão na mesma situação de moradia precária ou inexistente.

A sua resistência articula-se através destas ocupações: ao eleger espaços ou edificações que não atendam ao interesse social para ocupar a fim de estabelecer um espaço de resistência, tanto para sua manutenção – um espaço para residir temporariamente – quanto para visibilizar suas lutas – especialmente a Reforma Urbana. Esta contenda não se dá apenas no sentido de proporcionar moradia para todos, mas também de que os espaços da cidade não sejam tão polarizados entre pobres e ricos. A classe trabalhadora não quer ficar relegada à periferia, onde os equipamentos públicos estão abandonados e a crescente violência ameaça suas vidas.

Estas ocupações se tornaram relevantes instrumentos políticos para a conscientização da população porto-alegrense quanto às necessidades da classe trabalhadora, pois ao vincularem-se ao centro da cidade como moradores, os ocupantes puderam acessar os equipamentos públicos, certamente menos precarizados que o das regiões periféricas.

Além disso, a violência da primeira reintegração de posse foi veiculada por toda a imprensa tradicional porto-alegrense e gaúcha, dando visibilidade à ocupação urbana mais conhecida de Porto Alegre na atualidade. Especialmente a mídia alternativa empreendeu esforços para dar rostos e vozes aos ocupantes, contando as suas histórias. Aqueles que puderam acessar a este material viram que, muito diferente do que crê o senso comum, estas pessoas têm



histórias extremamente parecidas com seus familiares, amigos, vizinhos. Assim, afasta-se a fantasia ou o mito de que os ocupantes são baderneiros, usurpadores e criminosos.

5 O SERVIÇO SOCIAL E AS LUTAS SOCIAIS URBANAS

Considerando a própria direção da reflexão desenvolvida até este momento deste ensaio teórico, e considerando ainda mais o lócus profissional que originou a interlocução com os sujeitos coletivos articulados e organizados para a luta social por moradia, através do MLB de Porto Alegre, incorrer-se-ia em um vazio teórico não tratar sobre a relação entre o Serviço Social brasileiro e as lutas sociais urbanas. Eis o desafio das próximas breves linhas: trazer alguns apontamentos sobre dois elementos basilares que tornam esta relação dialeticamente indissociável.

O primeiro elemento a ser considerado é a própria natureza interventiva da profissão, que, se balizada pela direção do Projeto Ético Político do Serviço Social construído a partir dos anos 1980 e consolidado nos anos 1990, necessariamente se articulará à defesa intransigente dos direitos e dos interesses da classe trabalhadora, demandante direta da nossa intervenção.

Um segundo elemento basilar é a relação e articulação aos processos de mobilização e organização popular, que fica expressa na Lei que Regulamenta a Profissão de Assistente Social (Lei 8.662/1993), bem como no preceito do Código de Ética Profissional (1993). A Lei determina dentre as competências “prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade”. Já o Código de Ética assegura enquanto direito do Assistente Social “apoiar e/ou participar dos movimentos sociais e organizações populares vinculados à luta pela consolidação e ampliação da democracia e dos direitos de cidadania”, e enquanto dever “respeitar a autonomia dos movimentos populares e das organizações das classes trabalhadoras”. Ora, tais preceitos “não constituem apenas dimensões normativas, mas orientações tático-estratégicas e ético políticas” da direção política hegemônica, construída coletivamente pelos Assistentes Sociais brasileiros no contexto das lutas sociais e políticas empenhadas pela classe trabalhadora (DURIGUETTO, 2014, p. 188).

Considerando estes dois elementos basilares, entende-se que são inúmeras e sempre novas as possibilidades de intervenção profissional para o enfrentamento das expressões da questão social. Tanto mais elas terão solidez no seu desenvolvimento e efetividade nos objetivos pretendidos, quanto mais se articularem aos processos de resistência social, cultural e política da classe trabalhadora atendida nos diferentes espaços sócio ocupacionais. Para tanto, é



imprescindível superar o imediatismo dos processos de trabalho e impregnar o trabalho profissional pela direção política embasada na emancipação política, enquanto caminho para a superação da ordem societária e para a emancipação humana.

Este é um grande desafio para todos os assistentes sociais em seus processos de trabalho, mas especialmente para aqueles profissionais envolvidos nas lutas sociais, dentre as quais interessa neste trabalho as lutas pela reforma urbana e pelo direito à cidade. Neste último espaço específico, encontram-se assistentes sociais envolvidos com diferentes blocos de movimentos e organizações sociais. A maioria tem uma atuação junto a um primeiro bloco, cujas relações são mais institucionais e tocam à execução direta das políticas sociais, serviços e equipamentos. Porém, há também “a tímida inserção de assistentes sociais em movimentos sociais urbanos de ação mais direta, de posicionamento mais crítico e combativo”, o que “requer, essencialmente, um envolvimento militante”, considerada a impossibilidade de manter vínculo empregatício com tais organizações e articulações constituídas pelos trabalhadores assalariados. É neste segundo bloco de movimentos que se encontra o MLB, ao lado do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) e do Movimento de Luta Popular (MPL) (FARAGE, 2014, p. 254; 256).

O enfrentamento de tais desafios da atuação exige do Assistente Social reconhecer que as estratégias do capital para superar as suas crises estruturais e manter-se determinando a vida social da classe trabalhadora repercutem diretamente no trabalho profissional. Reproduzir acriticamente os ditames institucionais do Estado burguês através das políticas sociais reforça tais processos de manutenção da ordem vigente. Por outro lado, a mesma reprodução acrítica dos ditames institucionais reforça o lugar da classe trabalhadora já tão alijada de seus direitos e permanentemente explorada pelas classes dominantes.

Neste sentido, fazer o enfrentamento significa constituir outros processos coletivos junto aos trabalhadores, contribuindo para a articulação, mobilização e organização enquanto classe. “Nosso projeto profissional chama-nos a sermos sujeitos nas lutas pela construção desses cotidianos” e “nos possibilita sermos sujeitos profissionais com uma função teórico-metodológica e ético-política a desempenhar na sociedade” (DURIGUETTO, 2014, p. 192).

Por fim, no âmbito da formação profissional e do trabalho do assistente social no exercício da docência, reconhece-se que o espaço da extensão universitária, quando articulada ao ensino e à pesquisa de forma crítica, comprometida e fortemente embasada na direção do Projeto Ético Político profissional, possibilita aos discentes e docentes materializar o compromisso com as lutas e movimentos sociais articulados à classe trabalhadora.



6 PARA UMA (IN)CONCLUSÃO: a importância das lutas sociais na garantia de direitos

A disputa territorial ocorrida no centro de Porto Alegre, de 2015 e 2017, materializada nas ocupações Lanceiros Negros e Lanceiros Negros Vivem, demonstrou que a região central da cidade continua sendo pensada e vivida por e para quem tem recursos. Aqueles que não têm condições de pagar aluguel ou de manter uma moradia digna são considerados impróprios, mesmo em prédios abandonados da cidade. O fato de que as ocupações urbanas evidenciam a situação de precariedade em que vivem as trabalhadoras e os trabalhadores, bem como o engodo e a injustiça da propriedade privada, também demonstra o importante papel das ocupações urbanas em seu sentido simbólico, na produção de imaginários.

Olhando numa perspectiva crítica e dialética para a atuação junto às lutas e movimentos sociais urbanos, nota-se que tanto quanto é desafiador o desenvolvimento deste trabalho, também é estratégico para “tornar possível a manutenção da direção social do fazer profissional embasado no Projeto Ético Político”. Assim, a “aproximação com os movimentos sociais urbanos torna-se essencial aos assistentes sociais para negar uma prática conservadora e fugir das orientações subalternizantes das políticas públicas” (FARAGE, 2014, p. 259).

Para tanto, é necessário fazer e dar visibilidade à crítica ao modo de produção capitalista, que fundamenta o modelo fundiário excludente e criminalizante para a classe trabalhadora, além de não fragmentar o reconhecimento das expressões da questão social reconhecidas como questão urbana. É também necessário não reduzir o trabalho profissional aos espaços sócio ocupacionais institucionalizados e retomar os espaços de articulação com as lutas e movimentos sociais, ainda que no âmbito da militância.

Por último, considerando que este trabalho se constitui num ensaio teórico que dialoga com a experiência de um projeto de extensão em movimentos sociais e Serviço Social, cumpre destacar o potencial papel da extensão universitária no desenvolvimento de uma articulação direta com os movimentos e lutas sociais, fortalecendo-os. Desse modo, retoma-se o início desta reflexão, para afirmar que na conjuntura atual de conservadorismos e de retrocessos políticos para a classe trabalhadora, é necessário ampliar as experiências de extensão, como forma de aprofundar a articulação com os movimentos sociais urbanos, sabendo que tais experiências conferem outro significado tanto para a formação profissional dos estudantes, quanto para o trabalho do assistente social como docente.



REFERÊNCIAS

ABREU, Maria Helena Elpídio. **Território, política social e serviço social: caminhos e armadilhas** no contexto do social-liberalismo. Campinas: Papel Social, 2016.

BOULOS, Guilherme. **Por que ocupamos?** Uma introdução à luta dos sem-teto. 3. ed. São Paulo: Autonomia Literária, 2015.

CORREIO DO POVO. **Ocupação Lanceiros Negros deixa Hotel no Centro de Porto Alegre**. Jornal Correio do Povo. Porto Alegre, 2017. Disponível em <<http://www.correiodopovo.com.br/Noticias/Geral/2017/8/626708/Ocupacao-Lanceiros-Negros-deixa-hotel-no-Centro-de-Porto-Alegre>>. Acesso em 18 jan 2018.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. Movimento sociais e Serviço Social no Brasil pós-anos 1990: desafios e perspectivas. In: ABRAMIDES, Maria Beatriz; DURIGUETTO, Maria Lúcia (orgs.). **Movimentos sociais e serviço social: uma relação necessária**. São Paulo: Cortez, 2014. p. 177-194.

ENGELS, Friedrich. **Sobre a questão da moradia**. Tradução: Nélio Schneider. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

FARAGE, Eblin. Experiências profissionais do Serviço Social nos movimento sociais urbanos. In: ABRAMIDES, Maria Beatriz; DURIGUETTO, Maria Lúcia (orgs.). **Movimentos sociais e serviço social: uma relação necessária**. São Paulo: Cortez, 2014. p. 177-194.

FOGLIATTO, Débora. **Por direito à moradia, 98 famílias ocupam prédio público abandonado no Centro da Capital**. Jornal Sul 21. Porto Alegre, 2015. Disponível em: <<https://www.sul21.com.br/jornal/por-direito-a-moradia-98-familias-ocupam-predio-publico-abandonado-no-centro-da-capital/>> Acessado em 21 jan 2018.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Centro de Estatística e Informações. **Déficit habitacional no Brasil 2013-2014**. Belo Horizonte, 2016.

GOMES, Luís Eduardo. **Os Lanceiros Negros**. Porto Alegre: Diadorim Editora, 2017.

MLB, Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas. **MLB, essa luta é pra valer!** [Informação institucional: quem somos?], s.d.. Disponível em: <https://www.mlbbrazil.org/our_team>. Acesso em 20 jan 2018.

RODRIGUES, Arlete Moysés. **Desigualdades socioespaciais**. A luta pelo direito à cidade. Brasília. Cidades, v. 4, n. 6, 2007, p. 73-88.

SUL 21. **Após 3 meses, famílias da Lanceiros Negros são obrigadas a deixar Centro Vida**. Jornal Sul 21. Porto Alegre, 2017. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/jornal/apos-3-meses-familias-da-lanceiros-negros-sao-obrigadas-deixar-centro-vida/?utm_source=facebook&utm_campaign=sul21>. Acessado em 18 jan 2018.